

GESTÃO DO ORÇAMENTO DE FAMÍLIAS RURAIS

Taísa Ellen Brantl¹;
Ms. Margarida Berns Schafaschek²

Resumo: O escopo do presente estudo foi de pesquisar a necessidade de informação financeira demandada pela população estudada, suprida pela elaboração de uma cartilha com sugestões acerca de gestão financeira familiar. Em relação aos materiais e métodos, o estudo foi classificado como descritivo, utilizando de levantamento para a geração de dados quantitativos, coletados por aplicação de questionário estruturado, composto de questões abertas e fechadas. A organização sistemática dos dados ocorreu por análise descritiva. Lançando mão de tal estrutura metodológica, foi possível definir o perfil dos entrevistados e o comportamento deles, detectado o baixo hábito de poupar, a importância do crédito rural e o uso de compras a prazo, efeito do conflito entre recebimentos anuais e gastos mensais. Através dos dados colhidos infere-se que a dependência da produção de *commodities* é expressiva, em contrapartida da oportunidade de investimento no segmento de laticínios, atividade incipiente quando considerada a região como bacia leiteira. Em linhas gerais, alcançou-se um cenário positivo em relação à renda dos agricultores, entretanto foram detectados alguns pontos falhos no comportamento financeiro, de forma que conceitos simples de gestão financeira são capazes de sanar. Maior parte dos pesquisados aceitam e recepcionam a educação financeira.

Palavras-chave: Renda. Orçamento. Educação Financeira. Desenvolvimento Regional.

1. INTRODUÇÃO

O Estado de Santa Catarina é uma potência no setor primário do Brasil. É o segundo na produção de tabaco, sexto na produção de feijão, sétimo na produção de milho, décimo na produção de soja e está entre os maiores exportadores de suínos e aves, conforme Levantamento Sistemático da Produção Agrícola feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referente a dezembro de 2012.

¹ Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da Universidade do Contestado Campus Mafra. E-mail: taisaa_ellen@hotmail.com

² Coordenadora do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional-PROESDE na UnC em 2013. E-mail: margarida@unc.br



Todos estes produtos são base da agricultura na região abrangida pela 25ª Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) de Santa Catarina, composta pelos municípios de Campo Alegre, São Bento do Sul, Rio Negrinho, Mafra, Itaiópolis, Papanduva e Monte Castelo.

A exemplo de Mafra, conforme agroindicadores elaborados pelo Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (ICEPA), referentes a 2010, 21,91%³ da população é rural, que ocupa 93,74%⁴ do território, de acordo com a Secretaria de Obras do município de Mafra. Dados como estes revelam a amplitude da atividade agrícola no município. Entretanto, quando se verifica a renda *per capita* rural municipal, o valor é de R\$ 510,00 mensais (IBGE – cidades, 2013), inferior ao salário mínimo vigente no país.

Constata-se uma relação inversamente proporcional entre a relevância da agricultura no município e a renda gerada para o agricultor. Por conseguinte, a intenção deste trabalho foi de criar alternativas para amenizar os efeitos negativos dessa realidade por meio da promoção de iniciativas para a educação financeira.

Levando em consideração a renda como fator crítico e que a agricultura é um segmento forte na economia do município, esta pesquisa estudou o orçamento de famílias que dependem financeiramente do meio rural, detectando falhas que estejam impactando de forma contraproducente nas finanças pessoais e sugerindo medidas para sua solução.

Por isso, estudar qual é a situação presente da administração financeira para então ter subsídios e propor mudanças de hábitos é ação válida para a promoção do desenvolvimento regional, pois trabalhando a escassez de recursos por meio da gestão financeira se está garantindo qualidade de vida, possibilitando o atendimento das necessidades e desejos materiais das pessoas.

À vista disso, importante salientar que desenvolvimento regional é uma forma de resposta aos impactos do capitalismo, principalmente a desigualdade social gerada pela alta concentração de riqueza entre poucos.

³ 11.584 pessoas em número absoluto de acordo com ICEPA (2013), referente a 2010.

⁴ Dados de 2013.



De fato, o conceito “desenvolvimento regional” surge para trazer uma nova concepção de desenvolvimento que “[...] traz à tona a importância de pensá-lo enquanto região e localidade” (SANTOS et al, p.2), de forma ampla e voltada para o bem comum, pois “desenvolvimento implica muito mais que desenvolvimento econômico” (BROSE, 1999, p. 50).

Desenvolvimento local representa (...) uma melhoria nas condições socioeconômicas a médio e longo prazos, não sendo apenas uma simples soma de iniciativas locais exitosas. Esse conceito tem caráter fundamentalmente endógeno, procurando um processo sustentado de aproveitamento das oportunidades e capacidades locais (BROSE, 1999, p. 51).

Desenvolvimento local são passos que devem ser trilhados em busca da melhor condição àqueles que compartilham do mesmo território, dentre esses passos, principalmente na região de Mafra- SC, a renda se apresenta como fator estratégico na alavancagem do desenvolvimento da região.

Quando se fala em renda agrícola, são necessárias ressalvas. Renda em sentido amplo refere-se à totalidade de recursos que remuneram o trabalho (salário), o capital (lucro) ou a terra (aluguel). Quando se trata da atividade rural há a presença dos três fatores de produção que geram renda: trabalho do agricultor, capital em forma de máquinas e equipamentos, e posse da terra.

Partindo desse pressuposto, Jean (1994) *apud* Brose (1999, p.35) analisa que a agricultura familiar faz jus a remuneração da terra enquanto proprietário, salário como trabalhador agrícola e lucro como empresário detentor de meios de produção (máquinas e equipamentos).

Entretanto esta não é a realidade verificada *in loco*. De fato, o agricultor transferiu a renda fundiária e o lucro para a sociedade quando com ela se relaciona, ficando apenas com o salário para subsistir conforme Jean (1994) *apud* Brose (1999, p.35) ressalva em seguida.

Entretanto o sentido de salário nas palavras do autor não traduz a realidade da renda agrícola. A renda de agricultores provém de um tipo de atividade dito autoemprego, onde “[...] o trabalhador [...] participa diretamente da atividade produtiva, sua renda não é previ-



amente definida, seu objetivo primordial é prover seu próprio trabalho” (AUGUSTI, 2008, p.30).

Não obstante, o agricultor não deixa de ser um empresário, pois arca com os riscos da atividade. Conforme Zuin *et al* (2006, p.371) empresário rural “ [...] é a pessoa responsável pela gestão do negócio rural e, na maioria dos casos, é também o proprietário”.

Infere-se que a renda no setor agrícola é aquela proveniente da execução do trabalho agrícola, mas cuja renda não é previamente definida e a atividade passa a ser uma espécie de empreendimento. E a razão para a baixa rentabilidade na agricultura familiar está na combinação da estrutura de empreendimento, mas com remuneração como salário.

Diante desse contexto é preciso orientar os agricultores acerca da melhor maneira de usufruir dos recursos oriundos de sua atividade, pois recai sobre o agricultor a responsabilidade de administrar recursos tanto para manter sua atividade econômica como também a responsabilidade de garantir sustento a seus dependentes, ressaltando a importância de orientar os agricultores mafrenses com base em preceitos da educação financeira.

O conceito de educação financeira está ligado a capacitação para “saber como ganhar, gastar, poupar e investir seu dinheiro para melhorar sua qualidade de vida e de sua família. É decidir como agir e o que fazer com o seu dinheiro” (DUARTE, 2011, p.4).

Em âmbito rural, capacitação significa “habilitação técnica, conceitual e humana das pessoas que desempenham atividades ligadas ao setor rural” (ZUIN *et al*, 2006, p. 370). Logo, fica evidente que além de conhecer as práticas técnicas (plantio, colheita, combate a pragas...) é necessário que o produtor rural domine alguns conceitos econômicos e financeiros inerentes a sua atividade. “Muitas famílias rurais simplesmente não se desenvolvem porque não conseguem corrigir as suas próprias ineficiências” (ZUIN *et al*, 2006, p. 371).

Para possibilitar o equilíbrio financeiro das famílias que dependem da agricultura é importante a conscientização dessa população da necessidade de conhecer algumas técnicas de finanças pessoais.

O desenvolvimento rural [...] depende muito mais da adequada capacitação das pessoas envolvidas que dos seus recursos, muito mais de insumos intelectuais que de insumos materiais [...](ZUIN *et al*, 2006, p. 369). [...] para que o empreendimento rural tenha maio-



res chances de sucesso, é fundamental que o planejamento tenha sua importância reconhecida no processo de gestão [...]. Para isso, a capacitação do gestor é um requisito fundamental [...] (ZUIN, 2006, p. 184).

Em se tratando de planejamento financeiro da atividade rural, “as particularidades dos empreendimentos rurais acarretam uma maior complexidade de gerenciamento [...]” (ZUIN, 2006, p. 167), que pode ser amenizada com a adoção de hábitos simples como por exemplo, a montagem de planilhas que contenham o total de entradas e de saídas de recursos a fim de verificar os períodos de maior demanda financeira, seja para a atividade rural ou para suprir o sustento da família.

Levando em consideração o caráter familiar da atividade agrícola da região de Mafra- SC, uma das ferramentas mais eficazes na construção de um bom planejamento financeiro é o orçamento. Um instrumento que mesmo construído de forma simplificada irá fazer com que os agricultores conheçam melhor o funcionamento do fluxo financeiro da sua propriedade. Contrapor os recebimentos frente aos pagamentos revelará falhas na administração familiar cuja solução pode ser uma simples troca de hábitos.

Nas empresas o orçamento é uma ferramenta muito utilizada para obter uma visão ampla da utilização de recursos, “a visão abrangente propiciada pelo orçamento [...] permite que, em tempo hábil, sejam tomadas as decisões necessárias para acertar os descompasso previstos para o fluxo de numerário” (BRAGA, 2011, p 124).

Segundo Braga (2011, p. 232) entre os vários benefícios do uso do orçamento está a imposição de critérios para aplicação de recursos escassos, comparação entre o que foi previsto e o real possibilitando a revelação dos pontos de eficiência ou deficiência na administração financeira familiar.

Com respaldo nas palavras de Parsloe (2001, p.11) orçamento é uma previsão e objetiva controlar a aplicação dos recursos, coordenar a utilização dos recursos e comparar o previsto com o desempenho real.

Complementarmente, Braga (2011, p. 232) enfatiza que além de controle e previsão o orçamento serve para, por meio da análise do passado, planejar operações futuras.



O objetivo de orçar é equilibrar as receitas com as despesas e proporcionar formação de reserva para momentos de crise ou para investimentos. É fundamental conhecer antecipadamente qual será o montante de recurso que irá sobrar ou faltar amanhã, nos próximos dias e assim por diante, conforme Braga (2011, p. 124).

Entretanto, “na dinâmica da atividade diária, muitas coisas acontecerão que podem não ter sido previstas na preparação orçamentária” (PARSLOE, 2001, p. 35), principalmente quando se trata da atividade rural, cujos proventos são certos, porém não perfeitamente definíveis. Este aspecto não retira a utilidade do orçamento, muito pelo contrário estimula maior controle sobre as despesas, que devem ser previstas conforme a receita estimada a ser recebida.

Na prática, o orçamento familiar é comumente estruturado por meio de planilhas financeiras, que irão mapear o fluxo de recursos, possibilitando visualizar pontos positivos e negativos na aplicação da renda familiar.

A sistematização das informações é básica. “A planilha orçamentária nada mais é do que um quadro onde você vai fazer a previsão de suas receitas e despesas, dentro de um determinado período” (DUARTE, 2011, p. 6). No caso de orçamento doméstico para famílias que trabalham no meio agrícola, é necessário alguns ajustes, como o planejar anualmente, ou distribuir os recebimentos e pagamentos anuais pelos 12 meses.

O primeiro passo é a soma da renda gerada por todas as fontes trabalhadas pela família (cultivo, pecuária...) chegando a uma receita anual total. Em seguida, deve ser feito o controle de todos os custos desembolsados inerentes ao plantio, a manutenção dos animais, a manutenção de maquinário, enfim, tudo o que estiver ligado direta ou indiretamente à atividade agrícola.

A isto chamamos de custo de fabricação que compõe o valor total empregado na produção agrícola. “Custo de fabricação é o valor dos insumos usados na fabricação dos produtos” (BORNIA, 2009, p. 15). Nesse momento, devem ser somados todos os recursos utilizados para que seja possível criar e manter a produção agrícola, indo desde compra de sementes até o momento da colheita.



Em seguida, o agricultor poderá obter o valor líquido da renda gerada em sua atividade, diminuindo do total recebido o custo de produzir. Este valor líquido será o que deverá cobrir as despesas para manutenção da família. É como se fosse o salário líquido nos 12 meses.

Parte-se então, para a discriminação de todas as despesas para manutenção doméstica. Adaptando as palavras de Bornia (2009, p. 16), despesa é o valor dos insumos consumidos para a manutenção da família e não relacionado com a atividade produtiva. Em seguida é necessário segregar as despesas que são elimináveis ou que podem ser diminuídas, das que não são passíveis de eliminação ou diminuição, a fim de que se percebido excesso de gastos, o agricultor saiba o quê e quanto consegue suprimir de despesas.

Importante faz-se o lembrete de que “não há um orçamento padrão ou uma forma padronizada de implementação de orçamentos” (PARSLOE, 2001, p. 36). O orçamento deve ser capaz de evidenciar: a) o total de receita, líquida de descontos; b) identificar o montante de despesas fixas e variáveis; c) o montante gasto em itens supérfluos; d) a capacidade de pagar todas as obrigações assumidas; e) a sobra ou falta líquida ao final do período analisado; f) o cumprimento (ou não) do que foi previsto na elaboração do orçamento. (PARSLOE, 2001)

Em resumo, tem-se que o tratamento que se dá a recursos escassos é a gestão financeira cujos pilares de sustentação são o controle e o planejamento, para os quais existem técnicas de elaboração, lecionadas pela educação financeira.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

No que se refere à classificação da pesquisa, enquadrrou-se como descritiva, dessa maneira não houve interferência do pesquisador no fenômeno estudado, tão somente sua observação, análise e interpretação, possibilitando delinear características e comportamentos da população em estudo.

Procedeu-se à técnica do levantamento onde “[...] a preocupação do pesquisador é a de descrever com precisão [...] características” (GIL, 2002, p. 131) da amostra estudada,

Cadernos Acadêmicos, Palhoça, S1, v.6, n. 1, Ago / Dez 2014



pois são demandados dados da realidade para efetuar a conexão com o conhecimento teórico.

A abordagem da pesquisa adaptou-se ao método quantitativo, lançando mão do “emprego de quantificação [...] no tratamento delas [informações] por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual” (RICHARDSON, 1999, p. 70, grifo nosso).

Foram colocados 100 questionários para aplicação entre a população rural do município de Mafra/SC, que de acordo com o ICEPA totaliza 11.584 habitantes (referente ao ano de 2.010). Para a delimitação da amostra foi utilizada a fórmula de Nassar, com erro amostral de 10% e 95% de grau de confiança.

Participaram da fase de coleta de dados respondendo ao questionário, qualquer pessoa que atendesse ao critério de inclusão supracitado: componente da população rural de Mafra/SC. Desse modo, ficou caracterizada a amostragem probabilística, selecionada a técnica aleatória simples.

Em relação ao instrumento de pesquisa foi formulado questionário com 15 questões abertas e fechadas, para levantar tanto dados socioeconômicos como a respeito do comportamento da amostra.

A análise foi fundamentada pelos resultados obtidos na coleta de dados diretamente na população pesquisada, que são o ponto de partida para viabilizar a resolução do problema de pesquisa, por isso, denomina-se análise descritiva, que “é utilizada para relatar o comportamento de uma variável em uma população [...] utilizando para a análise dos dados instrumentos disponibilizados pela estatística” (CONTANDRIOPOULOS *apud* BEUREN, 2006, p. 139).

3.RESULTADOS

A presente pesquisa foi realizada no município de Mafra/SC, iniciada em 09 de dezembro de 2013 e concluída em 08 de janeiro de 2014. Abrangeu 22 localidades rurais do município, declaradas por cada respondente da pesquisa: Campo São Lourenço, Bela Vista, Cadernos Acadêmicos, Palhoça, S1, v.6, n. 1, Ago / Dez 2014



Campina Konkel, Avencal, Barracas, Lageado, KM 9, Rio Branco, Pedra Fina, Fazenda do Potreiro, Saltinho, Rio da Areia, Rio da Areia de Baixo, Brito, Campo Novo, Ribeirãozinho, Augusta Vitória, Usina São Lourenço, Butiá do Bráz, Butiá do Lageado e Butiá do Carvalho.

Desse modo, nota-se que foram indagados agricultores de várias localidades do município, proporcionando à pesquisa maior riqueza de dados, levando a um resultado abrangente e que permitiu definir se o perfil e comportamento financeiros sofre ou não, modificações conforme a localidade. Na fase de elaboração do questionário, foi realizado pré-teste com três voluntários, até que se alcançasse o melhor conjunto de perguntas para delinear o perfil e comportamento financeiro da amostra.

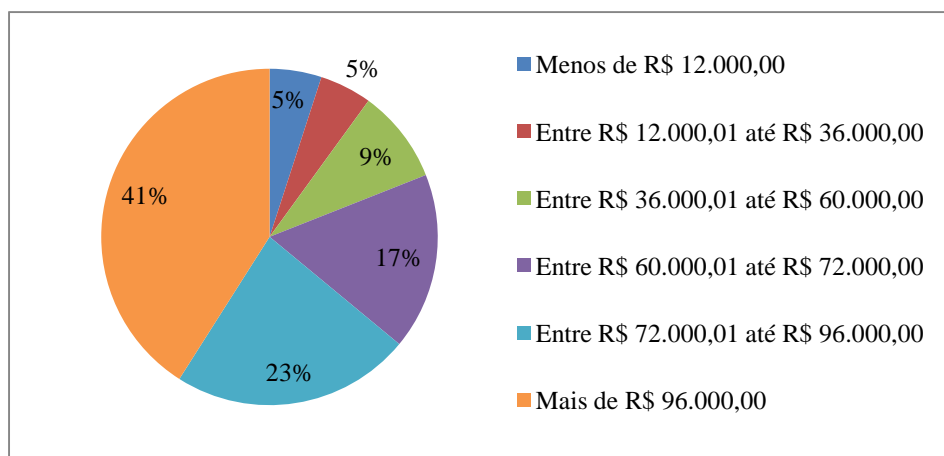
O relatório discorrerá os dados coletados na amostra composta por 100 produtores rurais de Mafra, alcançando 100% do proposto pelo projeto de pesquisa.

PERFIL DA RENDA

Em relação ao perfil da renda, foi pesquisado qual era o valor da renda anual, quantos são os dependentes e de qual atividade era proveniente.



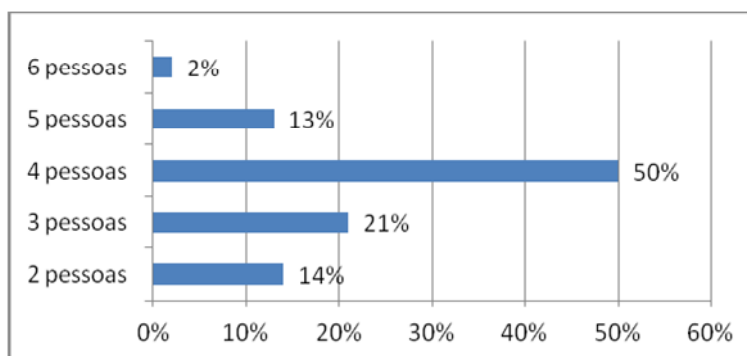
ráfico 1 – Valor da renda bruta anual declarada pelos agricultores.



Fonte: Elaboração dos autores

De acordo com os dados coletados, 41% dos agricultores auferem renda superior a R\$ 96.000,00 por ano; 23% ganham entre R\$ 72.000,00 e R\$ 96.000,00. Os que responderam auferir renda entre R\$ 60.000,00 e R\$ 72.000,00 foram 17%; 9% disseram que sua renda bruta no ano está entre R\$ 36.000,00 e R\$ 60.000,00. 5% declararam que sua renda está entre R\$ 12.000,00 a R\$ 36.000,00 e os outros 5% responderam que a renda de sua atividade é menor que R\$ 12.000,00 ao ano.

Gráfico 2 – Número de pessoas que dependem da renda agrícola familiar.

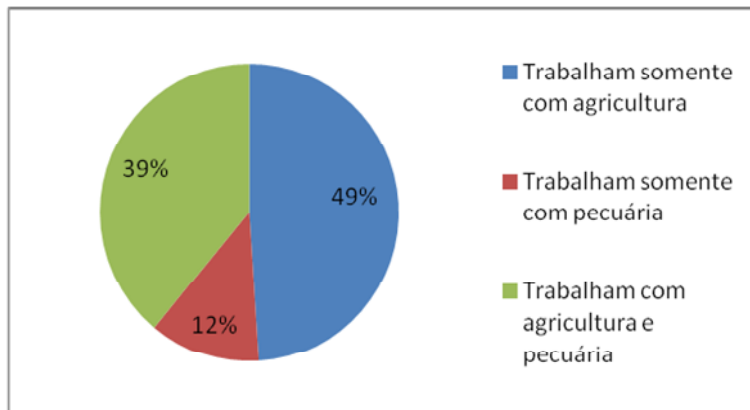


Fonte: Elaboração dos autores

Cadernos Acadêmicos, Palhoça, S1, v.6, n. 1, Ago / Dez 2014



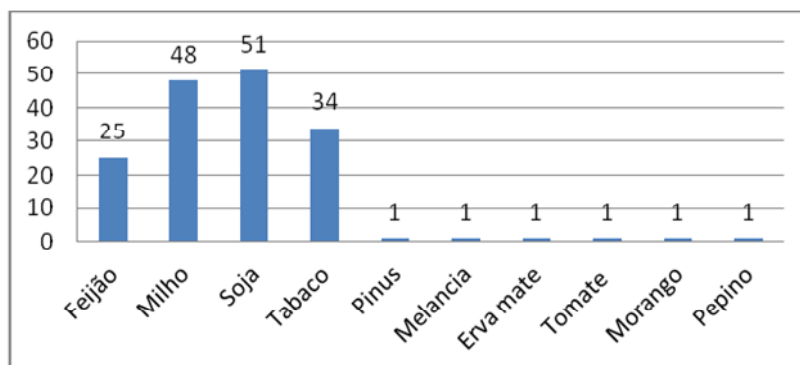
Gráfico 3 - Atividade exercida pelos agricultores



Fonte: Elaboração dos autores

Por este gráfico, percebe-se que muitos são os agricultores que optam por trabalhar somente com a agricultura (49%), frente a uma minoria que trabalha somente com a pecuária (12%). Entretanto, 39% dos entrevistados combinam o trabalho na agricultura e pecuária.

Gráfico 4 - Culturas trabalhadas pelos agricultores mafrenses.

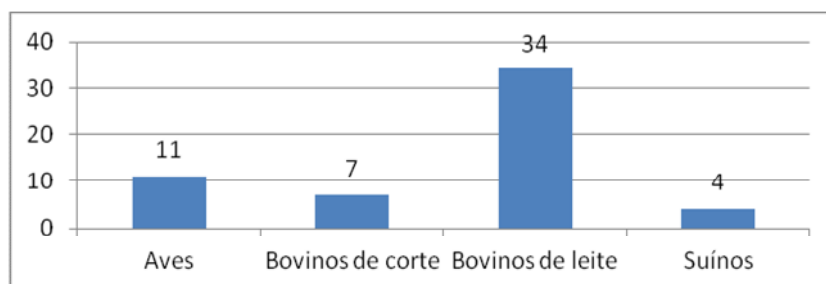


Fonte: Elaboração dos autores

Cadernos Acadêmicos, Palhoça, S1, v.6, n. 1, Ago / Dez 2014



Gráfico 5 – Animais criados pelos agricultores de Mafra.



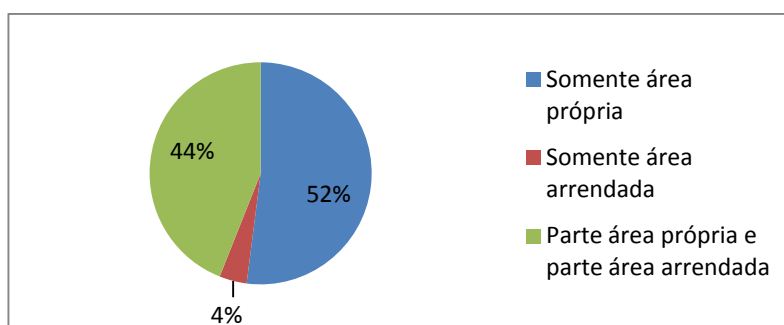
Fonte: Elaboração dos autores

Vários agricultores trabalham com mais de uma cultura, por isso a soja foi citada 51 vezes, seguido do plantio de milho 48 vezes citado. Tabaco é a terceira cultura predominante entre os entrevistados com 34 cultivadores. Feijão é a quarta cultura com 24 declarações. De forma complementar, 6 produtores rurais trabalham com outras culturas.

Na pecuária, a criação de bovinos de leite é a mais trabalhada, mencionada 34 vezes, em seguida está a criação de aves, após a de bovinos de corte e 4 citações da criação de suínos.

Estes dados corroboram o cenário da agricultura regional, baseada em *commodities*, como o milho e a soja, e também a peculiaridade do município no que se refere à produção de leite, potencial aproveitado por um número representativo de agricultores.

Gráfico 6 – Propriedade da área produtiva

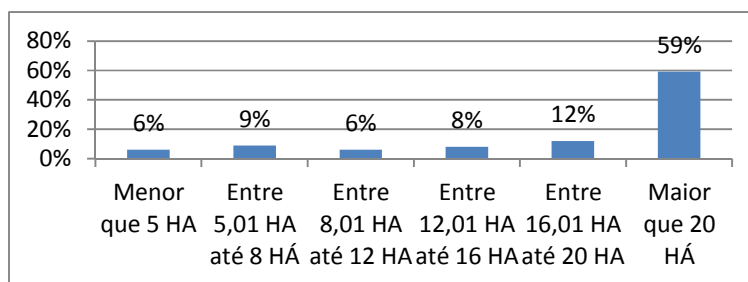


Fonte: Elaboração dos autores



Mais da metade dos questionados declarou que as terras que são utilizadas na produção são de sua posse (52%); 44% disseram que trabalham em área própria e arrenda outra parte. Apenas 4% diz depender de terra de terceiros para realizar seu trabalho agrícola.

Gráfico 7 – Tamanho da área utilizada na atividade rural



Fonte: Elaboração dos autores

Por este gráfico, tem-se que 59% dos agricultores demandam áreas superiores a 20 hectares, consoante ao dado estadual, onde em Santa Catarina, as propriedades rurais com até 50 ha representam 88,35% do total, conforme Secretaria da Agricultura do estado. Assim, 12% necessitam de uma área entre 16,01 a 20 hectares, 8% trabalham em 12,01 a 16 hectares; 6% em área de 8,01 até 12 hectares; 9% em terras com 5,01 até 8 hectares e 6% em área inferior a 5 hectares.

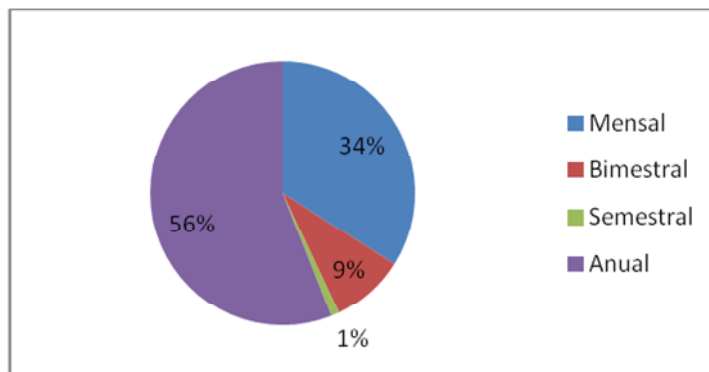
Comportamento financeiro

O primeiro item analisado em relação ao comportamento financeiro é o fluxo de recebimentos, que pode representar necessidades específicas no momento de planejar as finanças pessoais.

Cadernos Acadêmicos, Palhoça, S1, v.6, n. 1, Ago / Dez 2014



Gráfico 8 – Fluxo de recebimento de recursos



Fonte: Elaboração dos autores

Neste gráfico é possível verificar que mais da metade dos agricultores inquiridos (56%) têm entrada de recursos anual. O que chama a atenção é o percentual de trabalhadores que afirmaram auferir renda mensalmente, numa amostra que produz predominantemente culturas como milho e soja, produtos de safra anual.

Verificando os questionários que tiveram a resposta de recebimento mensal, estão vinculados ao trabalho com bovinos de leite que proporcionam recebimentos conforme a entrega do produto ao ente que faz o beneficiamento.

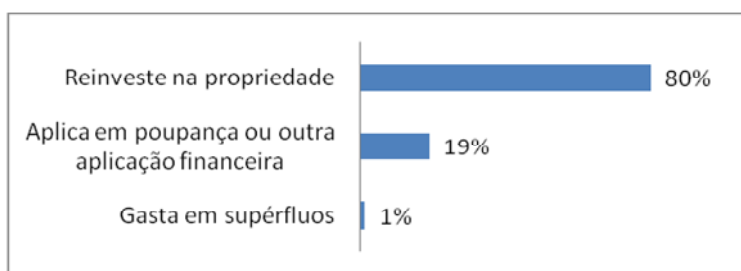
No que tange os produtores rurais que declaram receber por bimestres, consultando a sua produção, constatou-se que se trata dos respondentes da pesquisa que trabalham com a avicultura. O 1% que afirma receber semestralmente declarou trabalhar com bovinos de corte e soja.

Quando questionados se a renda é suficiente para custear a atividade e suprir as despesas domésticas, todos os entrevistados declararam que sim. Além disso, quando da su-



perveniência de recursos, entendido como o valor residual das receitas após deduzidos custos e despesas, a destinação é a seguinte:

Gráfico 9 – Destinação dos recursos, após deduzidos custos e despesas.

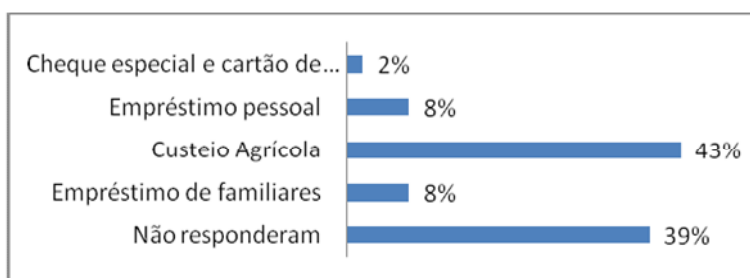


Fonte: Elaboração dos autores

Pelo gráfico 9, percebe-se que a maioria dos produtores rurais indagados (80%) reinveste na propriedade, a fim de ampliar a sua capacidade de produção e por conseguinte seus rendimentos; 19% mantêm o hábito de poupar e 1% declarou usar a sobra de recursos em aquisição de supérfluos.

Entretanto, quando questionados a respeito do uso de crédito, houve respostas ativas, ou seja, apesar de todos os inquiridos declararem que auferem renda suficiente para manutenção da atividade econômica e do lar, também fazem uso de recursos de terceiros.

Gráfico 10 – Uso de crédito pelos agricultores mafrenses.



Fonte: Elaboração dos autores



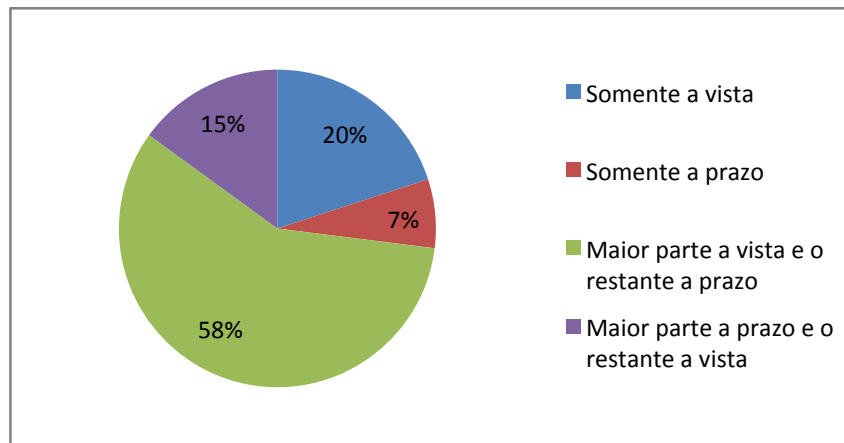
Em relação ao uso do custeio agrícola, uma possível justificativa são os juros baixos e a cobertura oferecida pelo seguro contratado juntamente com a operação de crédito, em caso de estiagem ou chuvas em excesso que prejudiquem, no caso, a colheita. Desse modo, mesmo que o produtor use recursos de terceiros se trata de um auxílio governamental que visa fornecer mais segurança ao produtor não impactando de forma negativa às finanças dos 43% dos produtores entrevistados.

Porém, em relação à demanda das outras fontes de crédito, são utilizadas por poucos dos respondentes da pesquisa, mas revela que de fato, a renda que auferem não é suficiente, ou está sendo administrada erroneamente e causando falhas de caixa.

Os outros 39% não assinalaram a questão em voga, ratificando a desnecessidade de uso de recurso de terceiros.

O comportamento dos questionados no que se refere ao pagamento das compras cotidianas, resultou no gráfico a seguir.

Gráfico 11 – Forma de pagamento das compras cotidianas



Fonte: Elaboração dos autores

No que tange o pagamento das compras, 58% responderam que pagam a maior parte a vista e o restante é pago a prazo. 20% mantêm um bom comportamento quitando suas exigibilidades à vista, 15% pagam a maior parte a prazo e pequena parcela à vista e 7% declararam pagar todas as dívidas a prazo.

Cadernos Acadêmicos, Palhoça, S1, v.6, n. 1, Ago / Dez 2014

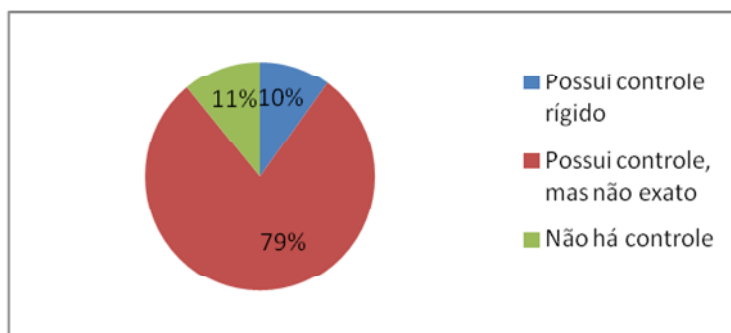


Este cenário representa a falha de caixa resultante do confronto entre fluxo de recebimentos anual (para 56% dos entrevistados, conforme Gráfico 8) e o sistema comercial de pagamentos mensais.

Como a renda é recebida uma vez ao ano, mas os gastos são feitos ao longo do período, é necessário um planejamento minucioso para garantir que todos os meses haja dinheiro para quitar as obrigações, ressaltando a importância de orçar, pois dessa maneira, se não abolidos, podem ser diminuídos os custos inerentes ao capital de terceiros (juros de um empréstimo, da compra parcelada, cartão de crédito, entre outros).

Um possível motivo para esta situação, foi a resposta dada por 79% dos entrevistados, afirmando que há controle das finanças, mas não exato. Este tipo de comportamento acaba criando ilusões do tipo: gastei “mais ou menos” isso, e tenho “mais ou menos” para pagar. No final as contas podem não fechar e a pessoa precisar recorrer a pagamentos a prazo.

Gráfico 12 – Sobre controle de ganhos e gastos.



Fonte: Elaboração dos autores

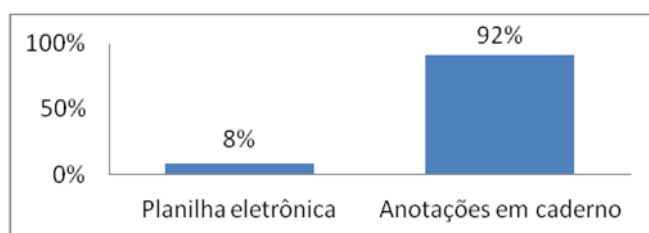
De acordo com o gráfico 12 é possível visualizar o comportamento predominante na amostra pesquisada: 79% realizam controle de ganhos e gastos, mas não de forma exata. 10% alegaram possuir controle rígido, entendido como o conhecimento sobre todos os recebimentos e pagamentos, prevendo quando e quanto irá faltar ou sobrar no orçamento. Os 11% restantes declararam não manter controle financeiro algum.

Cadernos Acadêmicos, Palhoça, S1, v.6, n. 1, Ago / Dez 2014



Esses números são evidência de que os 79% que mantêm controle inexato, são público alvo de iniciativas de aperfeiçoamento de técnicas de controle de finanças pessoais. Enquanto que os 11% que não mantêm controle, demandam iniciativas de estímulo para iniciarem a prática do controle financeiro, através da promoção da educação financeira.

Gráfico 13 – Forma de controle financeiro

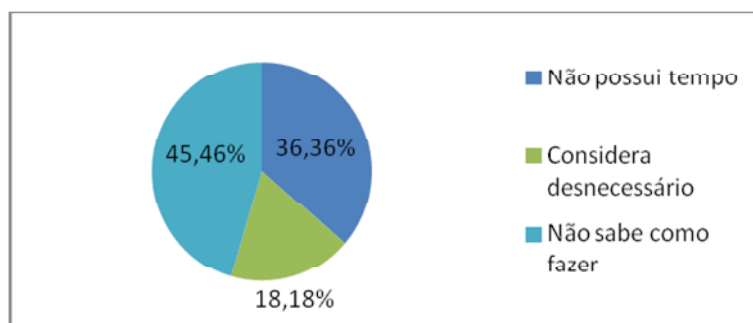


Fonte: Elaboração dos autores

Entre os que mantêm registro de recebimentos e pagamentos, 92% o fazem por meio de anotações em caderno. 8% fazem uso de planilhas eletrônicas em programas de computador. Outras formas não foram citadas.

Para os 11% que declararam não realizar controle financeiro, alegaram que não possuem tempo disponível, consideram desnecessário ou porque não sabem como fazer.

Gráfico 14 – Razão de não manter controle financeiro

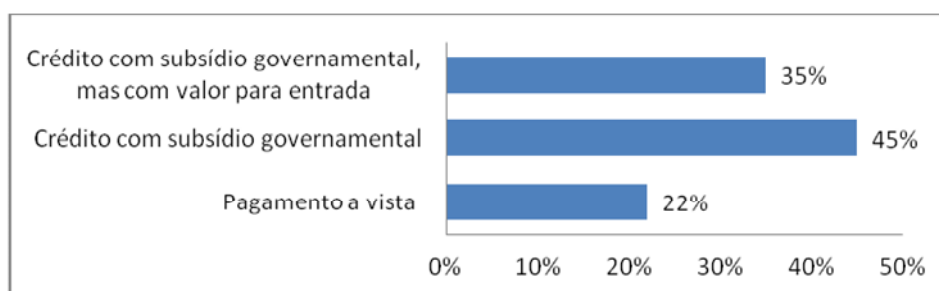


Fonte: Elaboração dos autores



Em números, a razão predominante da ausência de controle financeiro é a dificuldade em estruturar um método para planejar-se, somando 45,46% dos entrevistados que declararam não manter controle financeiro. 18,18% consideram desnecessário e 36,36% dizem não dispor de tempo suficiente para tal atividade.

Gráfico 15 – Comportamento diante da necessidade de aquisição de itens de maior valor monetário.



Fonte: Elaboração dos autores

A questão formulada para a coleta das respostas do gráfico acima teve intuito de descobrir qual seria a reação dos produtores rurais diante da necessidade de adquirir um item qualquer de valor monetário expressivo, por exemplo, uma ordenhadeira mecânica, um trator ou congêneres, em pequeno espaço de tempo.

Para 22% dos entrevistados a compra seria feita a vista, resultado da formação de reserva financeira em anos anteriores, sendo poupado o necessário para realizar a aquisição.

É análogo à Reserva para Contingências nas empresas, valor que é regularmente reservado para casos inesperados ou de urgência. 45% declararam que recorrem às linhas de crédito rural que possuem taxas de juros reduzidas por iniciativa governamental para fomento da atividade econômica. 35% também dependem do crédito rural, mas declararam que possuiriam certo valor para ser dado em entrada na aquisição do equipamento.

Quando os produtores rurais foram questionados acerca da importância de serem orientados na administração da sua renda, 88% dos respondentes da pesquisa considera importante receber orientações a respeito de como gerir sua renda, ou aprimorar os métodos que utilizam. Como parte-se do pressuposto de que a opinião da amostra reproduz o com-

Cadernos Acadêmicos, Palhoça, S1, v.6, n. 1, Ago / Dez 2014



portamento da população, fica demonstrado que para a maior parte dos agricultores rurais mafrenses, a educação financeira pode ter ampla aplicabilidade, visto que a educação, seja ela em qualquer âmbito, é sempre benéfica à sociedade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados obtidos com esta pesquisa pode-se concluir que na amostra selecionada, o perfil felizmente não é demasiado preocupante, porém os entrevistados demonstraram algumas falhas no comportamento financeiro. No que se colheu de informações sobre o perfil financeiro dos 100 respondentes da pesquisa, infere-se um cenário com renda mediana, para um número baixo de pessoas dependentes, terras cuja propriedade na maioria é do produtor, que por vezes utiliza do mecanismo do arrendamento, e a área produtiva para a maioria está acima de 20 hectares.

Em relação aos níveis de renda a amostra reagiu de forma satisfatória, pois a maior parte declarou que auferir renda bruta anual acima de R\$ 96.000,00 tendo em vista que o número de pessoas que dependem da renda são 4 (para a metade dos entrevistados). A atividade predominante dos produtores rurais inquiridos é somente a agricultura com dependência de *commodities*, principalmente milho e soja, podendo-se afirmar que a população estudada reflete a realidade regional. Isto significa dizer que o produtor coloca-se a deriva da oscilação de preços, entretanto revela a oportunidade para a sugestão da implantação de novas culturas, da formação de pequenas agroindústrias, a fim de diversificar a produção agrícola, conforme citado por alguns que além do milho, soja e tabaco, trabalham com cultivo de melancia, morango, tomate e pepino, voltados ao mercado local.

Verifica-se ainda a incipiente, mas representativa produção de leite, trabalhada por 34 produtores rurais, dentre os 100 questionados. Este dado também revela a necessidade em ampliar o conhecimento a respeito do potencial da bacia leiteira existente no município aos produtores rurais mafrenses, para que decidam investir nessa atividade. No que se refere ao comportamento financeiro da amostra, se pode perceber confiança nos rendimentos



obtidos pela atividade rural, pois nenhum entrevistado disse faltar renda para pagar suas obrigações.

Grande parte decide por reinvestir na propriedade as sobras de recurso, e um baixo percentual mantêm o hábito de poupar, indicando a necessidade de apresentar uma mediana entre as duas atitudes, a fim de formar uma reserva que garanta liquidez em caso de emergências. Muitos dos entrevistados fazem uso de recursos de terceiros, mesmo tendo declarado que sua renda é suficiente. Como o recurso a prazo utilizado por muitos é o custeio agrícola, revestido de características de fomento à produtividade, não representa um comportamento pernicioso, mas sim o uso de uma boa alternativa de crédito disponível no mercado.

Porém alguns agricultores assinalaram alternativas como o uso de empréstimos pessoais, cheque especial e cartão de crédito, cujo custo monetário é elevado, indicando necessidade de rever as contas pessoais, evitando a demanda desses produtos financeiros. Não obstante, a forma de proceder no momento de pagar as compras cotidianas, revela o impacto entre receita anual e pagamento mensal. Apenas de um quinto dos questionados realiza seus pagamentos à vista. Para todos os demais as aquisições precisam do auxílio de crédito. Isto pode ser justificado pelo baixo hábito de poupar entre os participantes da pesquisa, levando a necessidade de recorrer ao crédito, decorrente também do controle financeiro inexato realizado pelos produtores questionados, que realizam (predominantemente) por meio de anotações em caderno. Os recursos com subsídio governamental também tiveram significativa aderência pelos agricultores, quando foram questionados a respeito de como pagariam um item de maior valor monetário, sem prazo disponível para planejamento, ou seja, se precisassem adquirir um equipamento neste momento, como seria quitado.

De forma geral, a amostra apresentou-se rica em perfis, porque englobou participantes que mantêm uma vida financeira equilibrada, entendendo-se como aqueles que possuem controle rígido de suas finanças (seja por controle eletrônico ou em papel), procuram planejar-se para comprar um item de maior valor e pagar a totalidade das compras à vista. Há também aqueles que fazem orçamento financeiro de forma inexata ou sem registros, utili-



zam crédito como alternativa complementar, recorrem à linhas com subsídio governamental e não possuem hábito de formar reserva financeira.

Houve também poucos casos de questionados em que não há controle, seja por falta de tempo, desnecessidade ou por não saber como fazê-lo; o pagamento de compras acontece na maioria ou totalmente a prazo e recorrem ao uso de crédito caro.

Tendo em vista que 88% dos respondentes da pesquisa consideram importante receber informações para melhorar a gestão do orçamento familiar, esta pesquisa alcançou seus objetivos, pois foi entregue aos participantes da pesquisa uma cartilha com princípios do orçamento familiar que visa principalmente motivar as pessoas a dedicar atenção a sua vida financeira.

A fim de alavancar a iniciativa desta pesquisa, a participação pública precisa fazer-se presente, em forma de ações de governo, objetivando aprimorar a gestão renda agrícola pela divulgação de conhecimento (palestras, cursos...) e também fornecendo suporte para estudo de viabilidade de trabalhar com novas culturas ou atividades rurais como o leite, buscando a agregação de valor à atividade rural.

A partir dos resultados obtidos entende-se que existe a necessidade de outros estudos, no intuito de alcançar melhor detalhamento, pois o orçamento familiar é extremamente individual, dependendo de aspectos subjetivos, que apenas com uma análise de caso a caso poderá alcançar resultados exatos.

Importante salientar que o Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional - PROESDE foi o alavancador desta iniciativa, conferindo aos participantes experiência prática no relacionamento com sua comunidade e seus problemas – por vezes considerados crônicos. Por meio de oportunidades como esta, o pesquisador encara problemáticas sociais dando-as tratamento científico, isento de senso comum ou tendências, atendo-se de forma inexorável aos fatos postos a análise, traduzindo de forma verossímil a situação em voga, contribuindo com sua comunidade social.

Não obstante, por meio deste trabalho, fica ratificada a importância da educação na sociedade, pois trata-se de peça chave na promoção de melhorias sociais, cujos efeitos surtem em curto prazo, mas podem perdurar por tempo indeterminado.

Cadernos Acadêmicos, Palhoça, S1, v.6, n. 1, Ago / Dez 2014



REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria (Org.). Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade. São Paulo: Atlas, 2006.

BORNIA, Antonio Cezar. **Análise Gerencial de Custos:** aplicação em empresas modernas. São Paulo: Atlas, 2009.

BRAGA, Roberto. Fundamentos e técnicas de Administração Financeira. São Paulo: Atlas, 2011.

BROSE, Markus. Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas. Santa Cruz do Sul, RS: Edunisc, 1999.

DUARTE, Oberdan Pinheiro. **Cartilha de Educação Financeira.** Belém: Conselho Regional de Economia – seção Pará – 9ª região, 2011. Disponível em: <<http://www.coreconpara.org.br/CARTILHA%20CORECON.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ªed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Programa juro zero agricultura/piscicultura.** Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca. 2011. Disponível em: http://www.agricultura.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=17&Itemid=38. Acesso em 23 set 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.** Dezembro de 2012. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/agric/default.asp>>. Acesso em 26 set. 2013.

IBGE CIDADES. **Santa Catarina> Mafra> Síntese das informações.** Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=421010&idtema=16&search=santa-catarina|mafra|sintese-das-informacoes>> Acesso em 28 set. 2013.

PARSLOE, Eric; WRIGHT, Raymond. **O Orçamento.** 1ª ed. São Paulo: Nobel, 2001. Tradução: M. Lúcia Leite Rosa.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA. **Área Rural e Urbana do Município.** Secretaria de Obras, 2013. Disponível em: <<http://www.mafra.sc.gov.br/conteudo/?item=17813&fa=5887&PHPSESSID=77427ptp0295b2eius9oi4hbs0>>. Acesso em 29 set 2013.

Cadernos Acadêmicos, Palhoça, S1, v.6, n. 1, Ago / Dez 2014



RICHARDSON, Roberto Jerry. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3ª ed. São Paulo, 1999.

SANTOS, Cesar B. dos; ALVES, Fabricio C; SCHAFASCHECK, Margarida B. **A questão regional:** uma introdução ao debate. 12 f. Artigo científico.

ZUIN, Luís Fernando Soares; QUEIROZ, Timóteo Ramos (Org.). **Agronegócios:** Gestão e Inovação. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

